

# 12

CAPÍTULO

## Sexismo e políticas linguísticas de gênero

Guilherme Ribeiro Colaço Mäder

Cristine Gorski Severo

### 12.1 INTRODUÇÃO

Seria possível modificar deliberadamente as estruturas gramaticais de uma língua de modo a torná-la menos sexista e mais igualitária? Os estudos linguísticos sobre a variabilidade das línguas sugerem-nos que, quanto mais próximo do seu polo lexical, mais maleável é uma língua, e quanto mais próximo do seu polo gramatical, mais rígida ela é. Em outros termos, enquanto o léxico (nomes, verbos e adjetivos) pode ser objeto de alterações planejadas (como em neologismos), a gramática seria muito mais “inviolável”, não permitindo modificações voluntárias por parte dos seus usuários. Dessa maneira, ao passo que o léxico estaria de certa maneira acessível à consciência dos falantes, a gramática estaria confinada nos limites do inconsciente ou, em outros termos, estaria menos sensível à apreciação social. Neste capítulo, partimos da hipótese de que alterações planejadas na gramática de uma língua, apesar de improváveis, não são impossíveis, e podem vir a ser implementadas se já houver entre os falantes uma certa receptividade em relação a tal alteração e se a mudança gramatical planejada se ajustar a uma mudança sociocultural já em andamento. Assim, relativizaremos a ideia de uma certa rigidez gramatical diante de esforços de se evitar traços sexistas na marcação linguística de gênero. As evidências de uma possível mudança, ou pelo menos variação, para o nosso contexto, são o uso, em algumas comunidades de fala, de construções sintáticas empregadas para evitar o masculino genérico e a alteração da morfologia de algumas palavras a fim de evitar a escolha entre gênero gramatical masculino ou feminino.

Uma mudança gramatical com o objetivo de eliminar marcas sexistas da língua seria, por exemplo, a não utilização do gênero gramatical masculino para a referência a homens e mulheres (masculino genérico), e uma mudança ainda mais radical seria a criação de um outro gênero gramatical para pessoas que não se identificam nem com o masculino nem com o feminino. A discussão que já vem de muito tempo sobre o uso do masculino genérico e toda a polêmica que este tema suscita sempre que há alguma iniciativa de escolha de expressões que visibilizem o gênero feminino (vide a polêmica presidente/presidenta), ou que ultrapassem o binarismo masculino/feminino, e a subsequente reação por parte de linguistas e gramáticos que argumentam que o masculino é o gênero não marcado (e que, portanto, não haveria sexismo na gramática), justificam a pesquisa sobre essas tentativas de alterações gramaticais para tornar uma língua menos sexista.

Como ponto de partida deste capítulo, faremos uma breve reflexão sobre os processos de mudança e variação linguística que afetam léxico e gramática. Comentamos dois casos: as propostas de pronomes epicenos em inglês e a criação do pronome *hen* em sueco, com os quais comparamos as propostas de mudanças gramaticais no português brasileiro. Além disso, propomos considerar a marcação de gênero como uma variável linguística que, em decorrência de mobilizações identitárias e políticas, sofre processos de variação pela emergência de novas formas de expressão linguística do gênero. Neste caso, a variável se mostra fortemente sensível a apreciações identitárias e políticas.

## 12.2 MARCAÇÃO DE GÊNERO NO PLANO LEXICAL

No âmbito da intervenção linguística no plano lexical, destaca-se uma estratégia relativamente bem-sucedida que foi posta em prática em algumas línguas a fim de torná-las mais igualitárias: a criação (ou recuperação, ressignificação) de nomes femininos de profissões, graus, funções e títulos que outrora eram exclusivamente masculinos. Tal estratégia é comumente denominada de “feminização linguística”. Em língua francesa, onde essa questão é bastante polêmica<sup>1</sup> e envolve tanto política quanto planificação linguísticas, os governos de alguns países e regiões francófonas

---

<sup>1</sup> Em 14 de outubro de 2014, o deputado francês Julien Aubert, após haver insistido algumas vezes em dirigir-se à presidente de sessão da Assembleia Legislativa francesa pelo vocativo “Madame le président (Senhora [o] presidente – MASC)”, sofreu uma sanção disciplinar e deixou de receber por um mês um quarto do seu salário (isto é, € 1.378). O deputado ainda tentou justificar o uso do masculino genérico com base na autoridade da Academia Francesa, segundo a qual “la présidente” seria ‘a esposa do presidente’. A presidente de sessão lembrou ao deputado que na Assembleia Legislativa prevalece o regimento da Assembleia, segundo o qual uma mulher na qualidade de presidente deve ser interpelada pelo nome da sua função parlamentar no gênero gramatical feminino, neste caso, “Madame la présidente (Senhora [a] presidente – FEM)” (LE NOUVEL OBSERVATEUR, 2014).

editaram manuais de redação não sexista<sup>2</sup> e compêndios terminológicos de nomes feminizados. Pode-se mencionar exemplos na França (BECQUER, 1999); na província de Québec, Canadá (BIRON, 1991); na Comunidade Valônia-Bruxelas, Bélgica (LENOBLE-PINSON; MOREAU; WILMET, 1994) e na Suíça romanda (MOREAU, 1991). Em língua inglesa, reconhece-se há algum tempo que palavras como *man* e seus derivados (*policeman, fireman, businessman*) não são verdadeiros genéricos, mas privilegiam o significado de *homem* (ser humano do gênero masculino) (MACKAY; FULKERSON, 1979). Assim, para veicular univocamente o significado de ‘ser humano’, são cada vez mais utilizadas, em inglês, palavras como *police officer, fire fighter, business executive*, evitando-se o termo *man* como elemento composto e como nome “genérico” para o ser humano (JACOBSON, 1995). E em língua portuguesa, neste caso, o português brasileiro, em pelo menos dois momentos houve intervenção oficial sobre o tema, por meio da Lei nº 2.749 (1956) e da Lei nº 12.605 (2012), que regulam o uso do gênero gramatical em nomes para cargos e títulos públicos, além do projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002, que versa sobre o uso genérico da palavra *homem*.

A Lei nº 2.749, sancionada por Juscelino Kubitschek e que pode ser considerada um primeiro episódio de política linguística sobre a expressão do gênero na língua portuguesa brasileira, estabelece:

Art. 1º. Será invariavelmente observada a seguinte norma no emprêgo oficial de nome designativo de cargo público: O gênero gramatical dêsse nome, em seu natural acolhimento ao sexo do funcionário a quem se refira, tem que obedecer aos tradicionais preceitos pertinentes ao assunto e consagrados na lexeologia do idioma. Devem portanto, acompanhá-lo neste particular, se forem genêricamente variáveis, assumindo, conforme o caso, eleição masculina ou feminina, quaisquer adjetivos ou expressões pronominais sintaticamente relacionadas com o dito nome.

O Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002, que dispõe sobre a redação inclusiva em documentos oficiais, altera o Art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 1998, que passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, obedecendo, no que couber, aos preceitos da linguagem inclusiva, observadas, para esse propósito, as seguintes normas: [...] IV – em

---

<sup>2</sup> Também chamados de manuais de redação epicena.

obediência aos preceitos da linguagem inclusiva, nos casos em que o termo ‘homem(ns)’ estiver se referindo a pessoas de ambos os sexos, deverá ser empregada a forma inclusiva ‘homem(ns) e mulher(es)’.

E a Lei nº 12.605 (2012), sancionada por Dilma Roussef, diz que “instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido”. Este seria um episódio recente de política linguística sobre a expressão do gênero na língua portuguesa brasileira.

Um exemplo ilustrativo dessa questão, no português brasileiro, é o uso variável de *a presidenta* e *a presidente* no contexto político atual. O uso de *a presidente* conformar-se-ia com o processo de flexão de gênero, assim como outros nomes derivados do particípio presente latino, como *o/a estudante*, *o/a assistente*, etc. Por outro lado, o uso de *a presidenta* seria mais reconhecido como resultante de um processo de derivação. De qualquer maneira, neste caso não está em questão o gênero gramatical a ser utilizado para a referência à presidenta Dilma Rousseff. Tanto uma quanto outra são palavras que designam o gênero gramatical feminino. O que está em questão é a escolha entre uma variante que seria considerada como um caso de flexão – *presidente* – e outra que seria considerada como um caso de derivação – *presidenta* –, e mais marcadamente feminina. Considerando a história política brasileira, ao longo da qual o cargo máximo do Poder Executivo foi, desde a proclamação da República, ocupado exclusivamente por homens, é possível supor que a palavra *presidente* tenha adquirido, decorrente do uso, o significado de ‘pessoa do gênero masculino que exerce a função de presidência da República’. Isso poderia explicar a necessidade de recorrer-se a uma forma derivada para denotar o significado de ‘pessoa do sexo feminino que exerce a função de presidência da República’, ainda que houvesse, pelo menos teoricamente, a possibilidade de utilizar-se a palavra *presidente* no gênero gramatical feminino – *a presidente*. Ademais, no caso dessa variável, percebe-se que algumas pessoas preferem uma à outra forma para a referência à presidenta, e o mesmo se dá na escrita – em alguns jornais e revistas encontra-se a forma *presidenta*, enquanto em outros se encontra a forma *presidente*, e esta escolha denota a atitude subjetiva em relação à *presidenta*, de apoio ou de rejeição<sup>3</sup>. Neste caso, portanto, as duas formas estariam em variação, e a principal variável independente extralinguística seria a orientação política do falante.

---

<sup>3</sup> Miriam Leitão, ao entrevistar Geraldo Alckmin (2014), faz a seguinte observação, logo após o governador de São Paulo utilizar a palavra *presidenta* para referir-se a Dilma Roussef: “[...] essa expressão que o senhor usa, que ela gosta de ser chamada de presidenta, mas normalmente a oposição usa a palavra *presidente*, ou, as pessoas, os jornalistas, porque *presidente* é uma palavra muito mais normal; a *presidenta* soa forte, mas todos os petistas gostam da palavra *presidenta*, e o senhor usa *presidenta*. O senhor não acha que isso aí é um pouco... denota um pouco a sua atitude que é de conciliar, mais do que de ser realmente oposição?”

Os exemplos acima concernem a casos de intervenções de política (e) planificação linguística no plano lexical-discursivo<sup>4</sup> da língua – no caso em questão, a criação ou a utilização de novos nomes, ou a flexão no feminino de nomes já utilizados no masculino para designar as mulheres que exercem determinadas profissões ou que portam determinados títulos. Esses casos de variação e mudança, apesar de às vezes suscitarem muita polêmica, acabam por, senão implementar-se no uso da língua, pelo menos entrar em variação com formas já existentes.

## 12.3 MARCAÇÃO DE GÊNERO NO PLANO GRAMATICAL

As intervenções linguísticas situadas no plano gramatical contemplariam, por exemplo, a substituição do masculino genérico – isto é, o uso do gênero masculino para denotar o gênero humano como um todo – por outras formas de expressão para denotar gênero masculino e/ou feminino. Antes de tratarmos dessas estratégias em português, veremos dois casos de intervenção linguística que operam no plano gramatical a fim de se evitar-se o uso do masculino genérico em outras línguas: as propostas de pronomes epicenos em inglês e o pronome *hen* em sueco.

### 12.3.1 PRONOMES EPICENOS EM INGLÊS

Intervenções no plano gramatical são vistas com certa descrença. Há uma literatura interessante, em inglês (cf. BARON, 1981), sobre as diversas iniciativas de modificação da gramática de uma língua, todas elas fracassadas, como as dezenas de pronomes epicenos inventados para substituir o “*he* genérico” na língua inglesa, dos quais nenhum entrou em uso.

Wordsmiths [inovadores linguísticos] têm cunhado pronomes de gênero neutro por um século e meio, sem nenhum resultado. Os criadores dessas novas palavras defendem que o pronome de gênero neutro é indispensável, mas os usuários do inglês abertamente rejeitam, ridicularizam ou apenas ignoram as suas propostas. [...] Apesar dessa fartura de novos pronomes, ainda não há um pronome de gênero neutro amplamente aceito. Isso se

---

<sup>4</sup> Se considerarmos que o morfema de gênero feminino -a indica uma categoria flexional, teríamos simplesmente uma mudança discursiva – o uso de uma forma já existente. Se considerarmos que o mesmo morfema indica uma categoria derivacional, teríamos uma mudança mais lexical, em que uma nova palavra é formada. Esta distinção entre flexão e derivação, no entanto, não é relevante aqui, pois em ambos os casos trata-se de utilizar nomes femininos (ou flexionados no gênero feminino) para denotar pessoas do gênero feminino.

deve em parte ao fato de que os sistemas pronominais mudam lentamente, e, quando acontece uma mudança, no mais das vezes ela é natural, não planejada.<sup>5</sup> (BARON, 2010, s/p, tradução livre)

Pullum (2012, s/p) demonstra o mesmo ceticismo em relação às alterações gramaticais planejadas, como a modificação do sistema pronominal de uma língua: “Não saberia dizer o que é mais difícil: eliminar estereótipos e desigualdades de gênero da sociedade ou introduzir um neologismo por decreto no conjunto de pronomes de uma língua”.<sup>6</sup>

Há, no entanto, alguns contraexemplos (poucos, deve-se admitir) que fazem pelo menos considerar a possibilidade de inovações gramaticais bem-sucedidas por parte dos seus usuários. Exemplos são o uso de *s/he*, *de he* or *she* (sobretudo na língua escrita) ou o uso do *they* singular, também na língua falada. Outro caso em inglês, é o pronome *yo*. O pronome *yo* é um pronome singular de 3ª pessoa “epiceno” (que, ao contrário de *he* e *she*, não distingue entre masculino e feminino), que surgiu na fala de adolescentes afro-americanos de Baltimore (Maryland, EUA) (STOTKO; TROYER, 2007). Este pronome começou a ser observado por professores e professoras em escolas de Ensino Médio por volta do ano de 2003, mas parece ser cada vez menos utilizado (ELROD, 2014). As fontes pesquisadas indicam que se trata de um pronome que surgiu espontaneamente na fala daqueles adolescentes, e é possível ainda que, apesar de este novo pronome permitir a referência “genérica” a pessoas sem explicitar o seu gênero, esta não teria sido a causa de sua origem. No entanto, o fato de ele ter emergido naturalmente no discurso de uma comunidade linguística específica o diferencia das criações artificiais (citadas anteriormente) cujo objetivo era evitar o uso do *he* genérico (sem recorrer ao já utilizado *they* singular, condenado pelos gramáticos normativos em inglês desde o século XVIII, e, contudo, ainda utilizado por algumas comunidades de fala).

Considerando-se as fracassadas tentativas de criação de um pronome epiceno em inglês, parece sustentar-se a tese de que alterações gramaticais estão além do alcance dos usuários da língua, pelo menos no que diz respeito ao sistema

---

<sup>5</sup> Wordsmiths have been coining gender-neutral pronouns for a century and a half, all to no avail. Coiners of these new words insist that the gender-neutral pronoun is indispensable, but users of English stalwartly reject, ridicule, or just ignore their proposals. [...] Despite this wealth of coinage, there is still no widely-accepted gender-neutral pronoun. In part, that’s because pronoun systems are slow to change, and when change comes, it is typically natural rather than engineered.” (BARON, 2010, s/p)

<sup>6</sup> “I don’t know which I would say is likely to be more difficult: eliminating gender stereotypes and inequalities from society or getting a neologism established by fiat in the set of pronouns in a language.” (PULLUM, 2012, s/p)

pronominal, e, embora inovações em sistemas pronominais sejam possíveis<sup>7</sup>, parece tratar-se sempre de inovações não planejadas, como o pronome *yo* dos adolescentes de Baltimore. Logo, a resposta à questão posta no início deste capítulo, dadas as evidências de que dispomos, parece ser negativa. Parece ser impossível alterar deliberadamente a língua nas suas estruturas mais internas, no seu núcleo gramatical.

Entretanto, apresentamos na próxima seção um exemplo de uma possível inovação gramatical que parece estar se incorporando à gramática de uma língua: o pronome epiceno *hen*, em sueco.

### 12.3.2 O PRONOME *HEN* EM SUECO

Antes de entrarmos na questão do pronome *hen*, convém fazer uma breve descrição do sistema de gêneros gramaticais do sueco, que é um pouco mais complexo do que temos em português. Segundo Hornscheidt (2003), o sueco possui dois gêneros gramaticais: *comum e neutro*. O gênero comum é resultado da fusão, decorrente da erosão fonética dos antigos gêneros masculino e feminino herdados do indo-europeu. Embora não haja uma correspondência exata, geralmente os nomes neutros denotam seres inanimados, com algumas poucas exceções, e os seres animados são denotados por nomes comuns<sup>8</sup>. O gênero gramatical frequentemente não vem marcado morfológicamente no nome, manifestando-se apenas na concordância com outras categorias (artigos, adjetivos, pronomes pessoais, demonstrativos, alguns possessivos e alguns indefinidos), e apenas no singular. Os pronomes pessoais de terceira pessoa do singular, no entanto, distinguem, além dos gêneros comum e neutro, entre masculino e feminino, no caso de referentes humanos. Assim, os pronomes pessoais dividem-se da seguinte maneira:

---

<sup>7</sup> Como, aliás, bem ilustra o caso do pronome *a gente*, em português, que hoje em dia concorre com *nós*. No entanto, este novo pronome não foi uma criação artificial, mas surgiu espontaneamente.

<sup>8</sup> “Nome comum”, neste contexto, refere-se a nomes do gênero comum (*utrum*, em sueco), e não a nomes comuns como em oposição a nomes próprios, no quadro na nomenclatura gramatical que estamos habituados a utilizar em português.

		Gênero comum	Gênero neutro
Referente humano	Masculino	<i>han</i>	
	Feminino	<i>hon</i>	
Referente não humano		<i>den</i>	<i>det</i>

**Tabela 12.1** – Pronomes pessoais de terceira pessoa singular em sueco (HORNSCHEIDT, 2003, p. 342).

Conforme se observa na tabela acima, ainda que em sueco haja apenas os gêneros gramaticais comum e neutro, os pronomes de terceira pessoa do singular, quando referentes a seres humanos, forçam uma escolha entre masculino e feminino. Quando não se sabe se o referente é um homem ou uma mulher, a “norma” é a opção pelo masculino – o pronome *han* (GADELLI; HYLÉN, 2013; HORNSCHEIDT, 2003), e esta é a causa da criação do pronome epiceno *hen*.

O pronome *hen*, em sueco, foi criado nos anos 1960 para evitar a escolha entre *han* (ele) e *hon* (ela) (GADELLI; HYLÉN, 2013; HORNSCHEIDT, 2003). Este pronome foi inventado por linguistas no meio feminista dos anos 1960, mas não se difundiu para outras comunidades de fala. No entanto, a partir de 2012, o pronome *hen* começou a ser mais utilizado. Em uma escola maternal de Estocolmo foi aconselhado o seu uso, em substituição a *han* (ele) e *hon* (ela), para “não impor às crianças os preconceitos associados aos sexos masculino e feminino” (GADELLI; HYLÉN, 2013). Exemplificando, o livro infantil, *Kivi & monsterhund*, publicado no mesmo ano, utiliza consistentemente o pronome *hen*. O pronome *hen* também já foi utilizado em pronunciamentos oficiais de membros do Parlamento e em decisões judiciais, e em 2015 seria registrado no dicionário oficial da Real Academia Sueca (NOACK, 2015).

Considerando que este pronome criado artificialmente<sup>9</sup> vem experimentando um certo incremento na sua difusão, pode-se abrir caminho para reconsiderarmos as propostas de alterações gramaticais em outras línguas, como o português, o que nos leva à próxima seção.

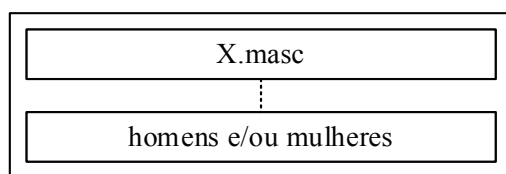
<sup>9</sup> No entanto, apesar de ser considerado uma criação artificial, assemelha-se muito ao pronome *hän*, do finlandês, que não faz distinção entre masculino e feminino. O finlandês, assim como outras línguas fino-úgricas, não possui a categoria de gênero gramatical (ENGELBERG, 2003). Apesar de pertencer a uma família linguística distinta do sueco (germânica setentrional), a proximidade geográfica do finlandês pode também ter sido um fator que colaborou com uma maior difusão do pronome *hen* em sueco, além da semelhança fonológica – *hen* (sueco), *hän* (finlandês).



## 12.4 POSSÍVEIS MUDANÇAS GRAMATICAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

As possíveis mudanças gramaticais no português brasileiro que serão tratadas nesta seção têm por motivação evitar o uso do chamado “masculino genérico”, isto é, o uso do gênero gramatical masculino para denotar homens e mulheres.

Aqui, consideraremos o masculino genérico um tipo de construção gramatical, no sentido que lhe dão as teorias denominadas “gramáticas de construções” (CROFT; CRUSE, 2004, p. 257-90), conforme ilustrado na Figura 12.1.



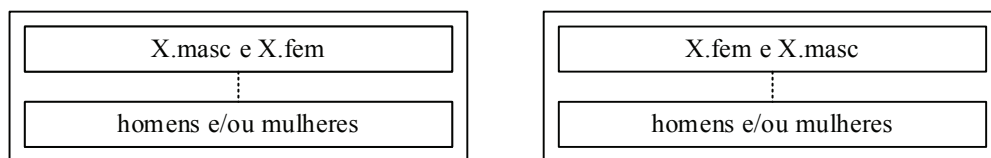
**Figura 12.1** – Masculino genérico.

A Figura 12.1 representa a construção gramatical *masculino genérico*. O “X” representa uma palavra qualquer, flexionada no gênero gramatical masculino – “.masc”. A linha pontilhada representa a ligação simbólica entre forma (parte superior – “X.masc”) e função (parte inferior – “denotar homens e/ou mulheres”) ou, em outros termos, entre o polo fonológico e o polo semântico.

Nos exemplos anteriormente analisados do inglês e do sueco, o masculino genérico manifesta-se quase que exclusivamente, pelo menos no plano gramatical, pelo uso do pronome de terceira pessoa singular masculino (*he* em inglês, *han* em sueco) para denotar pessoas cujo gênero não se conhece. Já no caso do português, o masculino genérico manifesta-se de maneira muito mais forte, não apenas no uso de um pronome pessoal masculino para denotar homens e/ou mulheres, mas no uso do gênero gramatical masculino, seja no uso de nomes masculinos ou na concordância sintática de outras classes de palavras flexionadas no masculino para denotar o gênero humano.

A seguir, focalizamos duas possíveis estratégias estilísticas alternativas ao uso do masculino genérico: 1) a que chamaremos de “construção coordenada”; e 2) a alteração na morfologia de gênero gramatical.

A construção do tipo “coordenada”, esquematizada na Figura 12.2, seria uma alternativa para evitar o masculino genérico, dando maior visibilidade para o gênero feminino. Denominamo-la “coordenada” por causa da conjunção e que liga os elementos masculino e feminino, e para evitar, no ato de denominação, a instauração de uma hierarquia entre masculino e feminino.



**Figura 12.2** – Construção coordenada - masculino e feminino/feminino e masculino

Este tipo de construção gramatical, aliás, já é encontrado em alguns gêneros discursivos bastante específicos, como o discurso político e o cerimonial – é a conhecida repetição dos gêneros masculino e feminino, nesta ordem, ou na ordem feminino e masculino, como em “senhoras e senhores”, “brasileiros e brasileiras”.

Um outro tipo de alteração seria o uso de uma construção gramatical que rompesse os limites da oposição binária masculino/feminino. Um exemplo desse tipo de construção são os casos em que a própria estrutura morfológica da palavra é alterada para evitar a expressão compulsória do gênero gramatical, criando, talvez, um outro gênero gramatical. Neste caso, os falantes reconheceriam os morfemas -o e -a como morfemas de gênero gramatical, masculino e feminino<sup>10</sup>, podendo substituí-lo pelo “morfema” -e. Nos exemplos citados a seguir, a escolha do “morfema” -e não seria dada ao acaso, mas muito provavelmente seria empregue como morfema de gênero “ambíguo”, talvez por analogia aos adjetivos uniformes – do tipo *alegre, forte* –, que têm a mesma forma para os gêneros gramaticais masculino e feminino, apresentando a terminação -e, em contraste com os adjetivos biformes que apresentam as terminações -o e -a para o masculino e o feminino. Essa estratégia, como veremos, parece ser muito mais improvável de se implementar, mas algumas poucas ocorrências parecem sugerir algo neste caminho, ou pelo menos sugerem que os falantes podem ter consciência do significado dos morfemas -o e -a como marcadores de gênero, como se percebe nos enunciados abaixo, coletados de publicações em redes sociais:

(1) Olá lindes!!! Por aqui venho compartilhar minhas artes [...] (E. K., 2015)

(2) [...] ah, topo morar com meninas, menines, meninos, [...] (L. O., 2015)

(3) Acho q a galera deveria parar de confundir (no amor livre) amar a liberdade alheia com ter váries parceiros. Tem poligâmiques suuuuuper apegades e que morrem de medo de ter que escolher entre as pessoas que o indivíduo ama. (N. N., 2015)

Em (1), o adjetivo *lindes* (flexão de *lindola*) é utilizado como vocativo, abarcando simultaneamente os gêneros masculino e feminino, ou também

<sup>10</sup> Esta, aliás, é a interpretação que Langacker (2001) dá a esses morfemas em espanhol.

incluindo pessoas que porventura não se classifiquem nem no gênero masculino, nem no feminino. Em (2), o nome *menines* é empregado com o mesmo significado, e talvez, neste caso, mais especificamente na função de denotar pessoas que não se enquadrem nos gêneros masculino e feminino, pois estas já foram consideradas no mesmo enunciado com utilização de *meninos* e *meninas*. E o enunciado (3) é ainda mais interessante, pois nele se percebe a concordância sintática entre os nomes *parceires* e *poligâmiques* com os adjetivos *vâries* e *apegades*, respectivamente, e, se considerarmos que o principal critério definidor de gênero gramatical é a concordância sintática, por exemplo, a concordância de adjetivos com substantivos, este seria pelo menos um indício de uma utilização inovadora de um terceiro gênero gramatical. Também neste caso a motivação do emprego da terminação -e como morfema de gênero gramatical parece ser a de não denotar o gênero do referente, evitando a escolha entre os gêneros masculino e feminino. É interessante observar também que, no mesmo enunciado (3), em as pessoas e o *indivíduo*, nomes epicenos nos quais o gênero gramatical não tem correspondência com o gênero do referente, mantém-se a sua morfologia de gênero gramatical, feminino e masculino, respectivamente.

## 12.5 A MARCAÇÃO DE GÊNERO COMO VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

As motivações externas para a escolha de uma variante ou outra devem também ser vistas em relação ao percurso histórico das reivindicações feministas e *queer*. Não é o objetivo deste capítulo discorrer sobre o percurso cronológico dessas reivindicações, mas tão somente sinalizar para a sua influência acadêmica e política. Na cena pública, um dos traços do movimento feminista é o questionamento da cisão sexista e hierarquizadora entre ambientes privado e público, estando o primeiro classicamente associado à figura feminina, e o segundo à ideia de masculinidade. Assim, quando as mulheres assumem suas vozes na esfera pública, por meio do exercício político, valores tradicionais como o patriarcalismo passam a ser amplamente questionados e revistos. Diante de tais acontecimentos, “O resultado tem sido a emergência do feminismo como uma elaboração filosófica e política”<sup>11</sup> (SALGADO, 2008, p. 63). Tal elaboração filosófica e política implica uma reorganização das “regras do jogo”, que envolvem revisões de natureza epistêmica, social, cultural e política (MIGNOLO,

---

<sup>11</sup> “El resultado ha sido la emergencia del feminismo como una elaboración filosófica y política” (SALGADO, 2008, p. 63)

2007). Propomos, neste capítulo, que a variável linguística em discussão pode ser vista como o lócus simbólico onde vozes que foram historicamente silenciadas reivindicam não apenas visibilidade política, mas novas configurações para as “regras”.

No caso de uma reconfiguração epistêmica em relação aos saberes linguísticos, alinhamo-nos à ideia de que a língua é heterogênea, dinâmica e variável, o que significa que a emergência de uma variável linguística – pela instauração de uma nova variante – pode ser motivada por questões de natureza extralinguística. Ademais, o aumento da frequência de uso de certas variantes (como *presidenta*) sinaliza para novas configurações sociais. Consideramos os usos de formas linguísticas – como o caso de *presidenta*, as construções coordenadas e até mesmo um novo morfema de gênero gramatical – como efeito de dinâmicas históricas, políticas e identitárias. Nesse caso, defendemos uma relativização da força coercitiva que as regras gramaticais tendem a ter sobre os usos linguísticos. Apoiamo-nos, aqui, na concepção de língua proposta por Weinreich, Labov e Herzog (1968), que defendem a variabilidade, bem como a possibilidade de sua sistematização, como inerentes ao funcionamento linguístico. Diante disso, o aumento da frequência de certas variantes (*presidenta*) ou a emergência de novas (como em *alunes*), instaurando a variabilidade em um contexto tradicionalmente considerado menos poroso à variação, sinaliza para o papel dos fatores extralinguísticos na definição do funcionamento linguístico. Consideramos que a variável linguística emerge localmente, ou seja, os significados sociais e identitários fazem emergir uma nova forma linguística com fins de delimitação identitária; essa indexação local de significado identitário, fazendo emergir uma nova variante, passa a ser propagada socialmente (ECKERT, 2012). Tal propagação, contudo, não é isenta de polêmicas, conforme se verifica na supracitada entrevista de Miriam Leitão, bem como em uma série de notícias jornalísticas que colocam em xeque a legitimação da nova forma linguística.

Desmembrando o modelo da variável linguística para os casos mencionados neste capítulo, pode-se considerar que as variáveis independentes linguísticas seriam semânticas (dependendo do referente, costuma-se usar o humano feminino genérico, como *aluna*) e sintáticas (em algumas construções, o adjetivo pode concordar com o último nome feminino de um sintagma coordenado). Já as variáveis extralinguísticas poderiam incluir a identidade de gênero do(a) falante, bem como a atitude em relação a essas formas. Assim, em algumas comunidades linguísticas poderia haver maior variação entre o masculino e o feminino para a referência genérica, ou uma preferência pelo feminino, ou mesmo o recurso a uma nova forma gramatical, conforme o maior ou menor engajamento dos falantes em questões político-identitárias.

Em termos de propagação da variável linguística, a intensificação e ampliação do uso implicaria um aumento da frequência da nova variante, sinalizando, futuramente, para uma variação estável. Defendemos que a propagação é fortemente influenciada por intervenções políticas, salientando o papel das políticas linguísticas e identitárias nesse processo, caso da Lei nº 12.605 (2012), que regula a flexão de gênero gramatical em nomes designativos de títulos ou funções públicas, como em textos oficiais. E se começarmos a utilizar uma construção do tipo “masculino e feminino” – como em “alunos e alunas”, por exemplo – teríamos uma variante que entraria em competição com a variante “padrão” – o masculino genérico. Exemplo desse uso ocorreu com o sueco, onde *hen* entrou em competição com *han* (ele [genérico]). Outra variante da “marcação de gênero” seriam construções do tipo *lindes e menines*, que sinalizam para uma forma genérica. Há, ainda, a possibilidade de invenção de outras formas genéricas que sejam isentas dos valores de masculino (ou feminino) universal, conforme se atesta em casos como *alun@s ou alunxs*. Assim, as formas @ e x – usadas em gêneros escritos informais – apontariam para a inscrição de significados genéricos de gênero que fossem isentos da cisão masculino-feminino. Teríamos, aqui, um caso interessante de variação linguística iniciada e propagada apenas em gêneros informais escritos – ao invés de gêneros orais –, pois ela depende do uso de um símbolo que não tem correspondência fonêmica.

Sistematizando, podemos dizer que, além da variante “padrão” (masculino genérico) para designar o gênero humano, a variável “marcação morfossintática de gênero” envolveria possivelmente três formas – vinculadas a contextos específicos de uso – entrando na competição:

(1) uma construção coordenada do tipo “masculino e feminino” fortemente condicionada pela variável do gênero discursivo, como é o caso do discurso político ou cerimonial – comuns em formaturas ou discursos políticos – motivando os usos “brasileiros e brasileiras” ou “senhoras e senhores”;

(2) uma forma cuja morfologia marcaria um novo gênero gramatical, do tipo *lindes e menines*, bastante improvável de se implementar, mas que parece, pelo menos do ponto de vista morfológico e sintático, implicar em um novo padrão de concordância e, portanto, em um outro gênero gramatical. Esse exemplo é bastante recorrente em grupos específicos, acadêmicos e militantes de gênero, como o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades/UFSC;

(3) uma variante vinculada às esferas informais de uso estilizado da modalidade escrita da língua, como o contexto digital. Seriam os casos de *amigxs* ou *amig@s*.

De qualquer maneira, a possível mudança, ou variação apenas, seria gramatical, assim como a variação e mudança nos sistemas pronominais, onde uma forma já existente pode ganhar terreno, ou outra forma mais lexical pode entrar no jogo, gramaticalizando-se e entrando em competição com as outras. O que diferenciaria este caso é que a variação ou mudança é desencadeada por uma espécie de política linguística informal (por vezes bem formal, como no francês), em que há aqueles grupos que defendem a mudança (baseando-se em argumentos mais identitários e políticos) e outros que a rejeitam (baseando-se em uma argumentação científica supostamente neutra, como o discurso sobre o masculino como gênero não marcado).

## 12.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, tínhamos por objetivo fazer uma breve reflexão sobre a possibilidade de mudanças gramaticais planejadas no português brasileiro. Considerando que tais mudanças são tidas como bastante improváveis, há, no entanto, alguns exemplos – como o pronome *hen* em sueco – que nos fazem reconsiderar essa pressuposta impossibilidade de modificação conscientemente da gramática de uma língua.

Para o contexto do português brasileiro trouxemos dois exemplos de alternativas ao masculino genérico na função de denotar o gênero humano: as construções coordenadas (do tipo *masculino e feminino ou feminino e masculino*) e a alteração morfológica (o uso do *-e* como morfema de gênero “ambíguo”), que poderia dar origem a uma nova categoria de gênero gramatical. Esta última estratégia, como foi mencionado anteriormente, parece ser bastante improvável, considerando que o gênero gramatical é uma categoria extremamente rígida, embora os dados analisados apontem alguns usos que podem permanecer restritos a comunidades de fala específicas. Entretanto, este uso mostra, pelo menos, que os morfemas de gênero gramatical são reconhecidos como tais por alguns/algumas falantes, e que se pode manipulá-los conscientemente para evitar a expressão universal do gênero masculino.

É importante lembrar que mudanças linguísticas estão condicionadas por fatores como encaixamento e avaliação. A difusão do pronome *hen* em sueco, uma criação artificial, pode estar relacionada com uma avaliação positiva por parte dos/das falantes do sueco, e esta inovação pode, por sua vez, encaixar-se em uma mudança social e cultural que vem ocorrendo há algum tempo na Suécia, onde as questões de gênero têm grande relevância social e são tidas como as menos desiguais em comparação com outros países. Uma possível mudança na gramática do português brasileiro, no sentido de se eliminar marcas sexistas da língua, apesar

de parecer improvável, pode também vir a ocorrer, se pensarmos que o contexto cultural tem se modificado rapidamente nas últimas décadas. O caso de *presidente/presidenta*, por exemplo, obviamente se relaciona ao fato de que, pela primeira vez desde a instauração da República, uma mulher foi eleita para a presidência e isso foi tão significativo a ponto de uma palavra que, em teoria, poderia manter a mesma forma para o feminino – *a presidente* –, sofrer um processo de derivação, resultando na forma *a presidenta*. Da mesma maneira, a importância crescente das questões de gênero pode preparar o terreno para uma maior aceitação de formas inovadoras que desafiem o masculino genérico, mesmo que sejam consideradas “deselegantes” como as coordenações *masculino* e *feminino*, ou “improváveis”, como a modificação da própria estrutura do sistema de gêneros gramaticais.

## 12.7 REFERÊNCIAS

ALCKMIN, G. *Miriam Leitão entrevista Geraldo Alckmin, governador de São Paulo*, 11 jun. 2014. Disponível em: <<http://globotv.globo.com/globonews/globonews-miriam-leitao/v/miriam-leitao-entrevista-geraldo-alkckmin-governador-de-sao-paulo/3748313/>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

BARON, D. The epicene pronoun: the word that failed. *American Speech*, Tuscaloosa, v. 56, n. 2, p. 83, 1981.

\_\_\_\_\_. *The gender-neutral pronoun: 150 years later, still an epic fail*. OUPblog, 26 ago. 2010. Disponível em: <<http://blog.oup.com/2010/08/gender-neutral-pronoun/>>. Acesso em: 30 out. 2013

BECQUER, A. *Femme, j'écris ton nom: guide d'aide à la féminisation des noms des métiers, titres, grades et fonctions*. Paris: Documentation française, 1999.

BIRON, M. *Au féminin: guide de féminisation des titres de fonction et des textes*. Québec: Office de la Langue Française, 1991.

BRASIL. 2.749. Lei nº 2.749, de 2 de abril de 1956. Dá norma ao gênero dos nomes designativos das funções públicas. 2 abr. 1956.

\_\_\_\_\_. 12.605. Lei nº 12.605, de 3 de abril de 2012. Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. 3 abr. 2012.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ECKERT, Penelope. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, n. 41, p. 87-100, 2012.

ELROD, E. *Give us a gender neutral pronoun, Yo!: the need for and creation of a gender neutral, singular, third person, personal pronoun*. Undergraduate Honors Theses, 1º mai. 2014.

ENGELBERG, M. The communication of gender in Finnish. In: HELLINGER, M.; BUßMANN, H. (Eds.). *Gender across languages: the linguistic representation of women and men*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003, v. 2, p. 109-32.

GADELLI, K. E.; HYLÉN, I. Un pronom neutre: hen en suédois. *Langues et cité : Bulletin de l'Observatoire des pratiques linguistiques*, Paris, n. 24, p. 6-7, out. 2013.

HORNSCHIEDT, A. Linguistic and public attitudes towards gender in Swedish. In: HELLINGER, M.; BUßMANN, H. (Ed.). *Gender across languages: the linguistic representation of women and men*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, v. 3, 2003, p. 339-68.

JACOBSON, C. *Non-sexist language - some notes on gender-neutral language*. Purdue University, 1995. Disponível em: <<https://www2.stetson.edu/secure/history/hy10302/nongenderlang.html>>. Acesso em: 7 maio 2015.

LANGACKER, R. *Concept, image, and symbol: the cognitive basis of grammar*. 2. ed. Berlin ; New York: Mouton de Gruyter, 2001.

LE NOUVEL OBSERVATEUR. “*Madame le président*”: la sanction contre le député UMP confirmée. Disponível em: <<http://tempsreel.nouvelobs.com/societe/20141112.AFP0571/madame-le-president-la-sanction-contre-le-depute-ump-confirmee.html>>. Acesso em: 7 mai.2015.

LENOBLE-PINSON, M.; MOREAU, M.-L.; WILMET, M. *Mettre au féminin: guide de féminisation des noms de métier, fonction, grade ou titre*. Bruxelles: Service de la langue française; Conseil superior de la langue française (Belgique), 1994.

MACKAY, D. G.; FULKERSON, D. C. On the comprehension and production of pronouns. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, New York, v. 18, n. 6, p. 661-673, 1979.

MIGNOLO, W. D. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

MOREAU, T. *Dictionnaire féminin-masculin des professions, des titres et des fonctions*. Genebra: Métropolis, 1991.

NOACK, R. *Sweden is about to add a gender-neutral pronoun to its official dictionary*. The Washington Post, Washington, 1 abr. 2015.

PULLUM, G. Sweden's gender-neutral 3rd-person singular pronoun. *Language Log*, Philadelphia, mar. 2012. Disponível em: <<http://languagelog.ldc.upenn.edu/nll/?p=3898>>. Acesso em: 14 abr. 2015

SALGADO, M. P. C. *Metodología de la investigación feminista*. Guatemala: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2008.

STOTKO, E. M.; TROYER, M. A New Gender-Neutral Pronoun in Baltimore, Maryland: A Preliminary Study. *American Speech*, v. 82, n. 3, p. 262-279, set. 2007.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.